

CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A. - CNPJ 11.467.788/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. Em 2017, a Companhia apresentou expressivo crescimento do resultado antes dos impostos, atingindo R\$ 840 mil, o

que representa um crescimento de 57% em comparação ao mesmo período do ano anterior e ativos totais de R\$ 65 milhões, o atingimento da lucratividade esperada demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. Seguiremos privilegiando o incremento nas vendas de nossos produtos junto aos parceiros estratégicos. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos

colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif Capitalização S.A.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2017	2016
ATIVO Circulante		26.686	33.465
Caixa e Equivalentes de Caixa		148	217
Caixa e bancos		148	217
Aplicações Financeiras	5	15.320	18.843
Créditos das Operações	6	10.118	13.408
Créditos das operações com capitalização		9.647	13.142
Outros créditos operacionais		471	266
Títulos e Créditos a Receber		1.098	997
Créditos tributários e previdenciários	7	895	899
Outros créditos		23	188
Despesas Antecipadas		2	-
Despesas antecipadas		2	-
Ativo não Circulante		37.861	34.103
Realizável a Longo Prazo		32.346	26.797
Aplicações Financeiras	5	32.346	26.797
Imobilizado	8	468	605
Bens móveis		468	605
Intangível	9	5.047	6.701
Outros intangíveis		5.047	6.701

Total do Ativo **64.547** **67.568**

	Nota	2017	2016
PASSIVO Circulante		32.171	35.990
Contas a Pagar		4.590	5.254
Obrigações a pagar	10	3.427	3.899
Impostos e encargos sociais a recolher		304	378
Encargos trabalhistas		806	597
Impostos e contribuições		53	380
Débitos das Operações com Capitalização		144	522
Comissões e agenciamento a pagar		144	522
Depósitos de Terceiros	11	185	190
Provisão para resgates		185	190
Provisão para sorteio	12	27.252	30.024
14.276	19.583		
12.976	10.441		
Passivo não Circulante		567	230
Exigível a Longo Prazo		567	230
Contas a Pagar		486	189
Tributos diferidos		18	189
Outros Débitos	18	81	41
Provisões judiciais		81	41
Patrimônio Líquido	13	31.809	31.348
Capital Social		31.487	31.487
Ajuste com títulos e valores mobiliários		588	228
Prejuízos acumulados		(266)	(367)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		64.547	67.568

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2017	2016
Em 31 de Dezembro de 2015		
Portaria SUSEP nº 1.364 de 13/05/16		
Aumento de Capital em aprovação - AGE de 29/03/16		
Portaria SUSEP nº 4 de 03/06/16		
Ajuste com títulos e valores mobiliários		
Lucro líquido do exercício		
Absorção dos prejuízos acumulados - AGO de 31/03/16		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,00219 por ação)		
Em 31 de Dezembro de 2016		
Ajuste com títulos e valores mobiliários		
Lucro líquido do exercício		
Absorção dos prejuízos acumulados - AGO de 31/03/17		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,00032 por ação)		
Em 31 de Dezembro de 2017		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2017	2016
Capital Social		
Extraneiro		
20.487	3.000	3.000
3.000	(3.000)	-
8.000	8.000	-
8.000	(8.000)	-
-	-	-
-	-	-
31.487	228	(367)
-	360	360
-	42	42
-	69	69
-	(10)	(10)
31.487	588	(266)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2017

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Campos Bicudo, 98 na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., e a Cardif Assurances Risques Divers, com sede na França, ambas pertencentes ao grupo BNP-Paribas. Sua constituição conforme assembleia geral de seus acionistas, realizada em 12 de agosto de 2009, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar com planos de capitalização em todo o território nacional, através da Portaria SUSEP nº 3.251 de 18 de novembro de 2009, obteve o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil em 06 de janeiro de 2010 e iniciou suas atividades de comercialização dos produtos de capitalização em agosto de 2010. Em 22 de dezembro de 2017 a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. e a Cardif Assurances Risques Divers celebraram acordo de venda de ações da totalidade de suas ações e participação na Cardif Capitalização S.A., a Icatu Capitalização S.A. pelo valor equivalente ao patrimônio líquido da Companhia a data da efetiva transferência das ações. A efetivação do acordo em questão e transferência das ações fica condicionada à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. e a Cardif Assurances Risques Divers continuam detentoras da participação na Cardif Capitalização S.A. até a efetiva transferência das ações e controle. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2018.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Companhia e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos nos resultados ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste a valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado é apropriado ao resultado. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados títulos vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Companhia é responsável por traçar um plano de recuperação desses valores, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação. Os investimentos são reconhecidos inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** a) **Ativos negociados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquela evidência de perda tem um impacto nos fluxos de caixa estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.5 Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos títulos públicos (LFTs, LTNs, NTN-F) e títulos privados (LFs e debêntures) estão classificadas nas categorias "disponíveis para venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Companhia. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que referem-se a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. **2.7 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. E resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Companhia, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Softwares autorizados conforme utilização; • Contratos de exclusividade nas distribuições de produtos de capitalização em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. A Companhia realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.8 Avaliação dos passivos relacionados aos títulos de capitalização: 2.8.1 Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização das modalidades incentivo e tradicional, sendo a receita reconhecida por ocasião da emissão dos títulos. **a) Provisão Matemática de Resgate (PMR):** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização e visa garantir o valor a ser resgatado com base nas cotas de capitalização e as devidas taxas de remuneração e utilização da parcela de capitalização. **b) Provisão para Resgate (PR):** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização e visa garantir o pagamento do valor de resgate, aos titulares ecessionários, dos títulos de capitalização vendidos e antecipados e também quanto à distribuição de bônus. **c) Provisão de Sorteio a Realizar (PSR):** É calculado sobre o valor nominal dos títulos e visa cobrir os valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido efetuados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados, observadas as regulamentações específicas vigentes. **d) Provisão de Sorteios a Pagar (SP):** É constituída a partir da data de realização do sorteio, devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes. **2.9 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios de curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Companhia patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.10 Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base de provisionamento os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. **2.11 Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.12 Capital social:** O capital social da Companhia está constituído por 31.487.468 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.13 Reservas:** As reservas representam as contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria. **2.14 Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto da Companhia, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Companhia após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.15 Imposto de renda e contribuição social:**

A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 20%. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.16 Ajuste do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) As receitas dos planos de capitalização são contabilizadas no mês de sua emissão, e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas; (b) As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. **2.17 Normas e pronunciamentos novos, alterações e interpretações:** As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada uma delas e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38 no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilização de hedge. Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, sua aplicação deverá ser feita retrospectivamente, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. A Administração está avaliando os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras, tendo em vista a complexidade das informações sobre as premissas e estimativas que possuem de 2018. IFRS 17 - "Contratos de Seguros", este pronunciamento apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, esse IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente. Este pronunciamento substituirá o IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2021. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do pronunciamento pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. A Administração aguarda o posicionamento destes órgãos reguladores para avaliar os impactos destes normativos nas demonstrações financeiras.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos e interpretações do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As premissas abaixo listadas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam ter um risco significativo. **Estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências cíveis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **b) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Companhia aplica as regras de análise de impairment para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os títulos a receber. **c) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia, e estudo econômico futuro de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução: A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: a) Risco de subscrição; b) Risco de crédito; c) Risco de liquidez; d) Risco de mercado; e) Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco de subscrição:** O Risco de Subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação. A gestão de Risco de Subscrição objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Companhia. **b) Risco de Crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. O risco de crédito relacionado a venda de títulos de capitalização da Companhia está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos títulos de capitalização à Companhia, independentemente do seu recebimento pelo cliente. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por rating de crédito, divulgados por agências renomadas de rating (Standard & Poors, Fitch Ratings Brasil e Moody's). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimentos em quotas de fundos e títulos de capitalização a receber.

Composição da carteira por categoria contábil	AAA	AA+	AA-	F1+	Sem rating	Saldo consolidado
31 de dezembro de 2017						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	148	148
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	8.210	8.210
Certificado de depósito bancário	-	-	-	1.017	-	1.017
Títulos de renda fixa privados	2.970	334	1.289	-	4.593	4.593
Títulos de renda fixa públicos	-	-	33.846	-	-	33.846
Créditos das operações com capitalização	-	-	-	-	9.647	9.647
Exposição máxima ao risco de crédito	2.970	334	35.135	1.017	18.005	57.461
Composição da carteira por categoria contábil						
31 de dezembro de 2016						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	217	217
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	10.538	10.538
Certificado de depósito bancário	-	-	-	1.031	-	1.031
Títulos de renda fixa privados	2.543	181	647	-	3.371	3.371
Títulos de renda fixa públicos	-	-	30.700	-	-	30.700
Créditos das operações com capitalização	-	-	-	-	13.142	13.142
Exposição máxima ao risco de crédito	2.543	181	31.347	1.031	23.897	58.999
c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. Gerenciamento do risco de liquidez: É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. Controle do risco de liquidez: São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma						

	Nota	2017	2016
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de reais)			
Arrecadação com títulos de capitalização		65.827	85.121
Variação das provisões técnicas		9	(360)
Resultado com resgate e sorteio		(55.111)	(69.913)
Custo de aquisição		(1.033)	(1.026)
Outras receitas e despesas operacionais		1.183	(979)
Despesas administrativas	15.a	(12.139)	(13.256)
Despesas com tributos	15.b	(825)	(924)
Resultado financeiro	15.c	4.341	4.119
Resultado Operacional		2.252	2.782
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.045)	(797)
Resultado antes dos Impostos e Participações		1.207	1.985
Imposto de renda	16	(443)	(114)
Contribuição social	16	(355)	(131)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
Títulos	
Títulos para negociação (ii)	
Quotas de fundos de investimentos abertos	8.210
Certificado de depósito bancário	1.017
Títulos disponíveis para venda	1.200
Títulos de renda fixa privados	47
Títulos de renda fixa públicos	1.200
Total em 31 de dezembro de 2017	9.410
Total em 31 de dezembro de 2016	13.209

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários; (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2017	
Aplicações	Saldo em 31/12/2016
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	10.538
Certificado de depósito bancário (a)	1.031
Títulos de renda fixa privados (c)	3.371
Títulos de renda fixa públicos (b)	30.700
Total	45.640

Movimentação em 31 de dezembro de 2016	
Aplicações	Saldo em 31/12/2015
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	4.139
Certificado de depósito bancário (a)	1.444
Títulos de renda fixa privados (c)	1.845
Títulos de renda fixa públicos (b)	18.777
Total	26.205

(a) As quotas de fundos de investimentos abertos e o certificado de depósito bancário foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço; (b) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LFTs, LTNs, NTN-B e NTN-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (c) Os títulos privados (LFs e debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

6 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Referem-se aos recebimentos pendentes dos títulos de capitalização emitidos da modalidade de incentivo. Demonstramos abaixo a composição dos valores a receber considerando os respectivos vencimentos dos créditos:

Créditos a receber das operações de capitalização	Em 31 de dezembro de 2017			
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 181 a 365 dias
Vincendos	8.909	-	-	8.909
Vencidos	380	284	30	74
(-) Provisão para perdas	-	(30)	-	(30)
Total	9.289	284	-	74

Créditos a receber das operações de capitalização	Em 31 de dezembro de 2016			
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 181 a 365 dias
Vincendos	10.451	-	-	10.451
Vencidos	2.014	677	-	-
Total	12.465	677	-	-

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de lucratividade e projeções orçamentárias. Para os créditos tributários de diferenças temporárias, substancialmente oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis tempestivamente.

Movimentação dos créditos das operações de capitalização	
Saldo inicial em 1º de janeiro	13.142
Títulos emitidos	87.486
Títulos cancelados	(21.655)
Recebimentos	(69.296)
(-) Provisão para perdas	(30)
Saldo no final do exercício	9.647

8 IMOBILIZADO

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários de diferenças temporárias	786	805
Créditos diferidos da marcação a mercado de TVM	5	2
Tributos a recuperar	74	2
Total	865	809

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários são constituídos de acordo com a expectativa de realização e baseados na geração de lucros futuros. A Administração estima realizá-los nos próximos 12 (doze) meses, exceto para os casos relacionados a ações judiciais onde a Companhia não pode precisar de forma efetiva sua realização, de todo modo em 31 de dezembro de 2017, os valores de créditos tributários estão classificados no ativo circulante.

b) Movimentação de diferenças temporárias	
Saldo em 31/12/2016	805
Provisões participações nos lucros	787
Provisões cíveis	18
Provisão para perdas	(14)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	805

9 INTANGÍVEL

O intangível representa os investimentos com o desenvolvimento interno de sistemas de computação que são amortizados em não menos que 5 anos levando em consideração a sua utilização, bem como despesas com contrato de exclusividade para venda de produtos de capitalização. Os contratos de exclusividade são amortizados levando em consideração a expectativa de geração de lucros futuros, considerando os estudos técnicos elaborados pela Administração da Companhia, projeções orçamentárias e indicadores econômicos financeiros.

Desenvolvimento de sistemas de computação	
Contratos de exclusividade	6.426
Total	6.701

10 OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:

Fornecedores	
Participação nos lucros a pagar	1.640
Dividendos a pagar	10
Total	3.427

11 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Registra os depósitos recebidos pela Companhia e ainda não identificados. Demonstramos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:

Depósitos de terceiros	31 de dezembro de 2017		
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias
	138	47	-
Total	185	-	185

Depósitos de terceiros	31 de dezembro de 2016		
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias
	188	-	2
Total	190	-	190

12 PROVISÕES TÉCNICAS DE CAPITALIZAÇÃO

a) Composição das provisões técnicas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão matemática de resgate	5.562	8.786
Provisão de resgate antecipado	5.191	8.233
Provisão de resgate vencido	3.523	2.564
Provisão de sorteio a realizar	421	430
Provisão de sorteio a pagar	430	12.555
Total	27.252	30.024

	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação do exercício	105	93
Taxas anuais de depreciação (%)	(12)	10
Beneficentários em imóveis de terceiros	500	375
Total	605	468

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$ 31.487, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 31.487.468 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. b) Dividendos: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2017, foi definido que a totalidade do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 seria revertida aos prejuízos acumulados. Desta forma, os dividendos mínimos provisionados de R\$ 69 foram autorizados para esta linha no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2017, foram constituídos os montantes de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido conforme determinado no estatuto social da Companhia, no valor de R\$ 10.

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO	
Patrimônio líquido (+/-) Ajustes contábeis	31.809
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	28.380
Capital Mínimo Requerido (CMR)	31.120
a) Capital base	10.800
b) Capital de risco	3.867
(+) Capital de risco de subscrição	587
(+) Capital de risco de crédito	2.477
(+) Capital de risco operacional	1.083
(+) Capital de risco de mercado	586 (1)
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(866)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	10.800
Liquidez em relação ao Capital de Risco (CR)	31/12/2017
(+) Suficiência de cobertura em relação às provisões técnicas (Nota 13 c)	20.414
(-) 20% do capital de risco	(773)
Liquidez apurada	19.641
(1) Valor do capital de risco de mercado referido-se a 100% do valor apurado; (2) Valor do capital de risco de mercado referido-se a 50% do valor apurado.	

15 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

	2017	2016
Pessoal próprio	(7.305)	(7.893)
Serviços de terceiros	(1.850)	(1.731)
Localização e funcionamento	(2.853)	(3.353)
Publicidade e propaganda	(18)	(63)
Publicações	(76)	(95)
Despesas com donativos e contribuições	(17)	(7)
Outras despesas	(20)	(114)
Total	(12.139)	(13.256)

No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo Cardif, bem como do sistema de controles internos da companhia.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê,

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

MEMBROS:
José Carlos Ferreira
Jean Francois Bourdeaux
Maria Ferrero Valderrey

DELoitte TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 9444

Deloitte

b) Despesas com tributos

	2017	2016
Impostos municipais	(24)	(7)
Impostos federais	(3)	(7)
PIS	(99)	(114)
COFINS	(611)	(702)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(52)	(59)
Outros tributos e contribuições	(36)	(35)
Total	(825)	(924)

c) Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras	4.746	5.110
Quotas de fundos de investimentos abertos	730	840
Certificado de depósito bancário	106	163
Títulos de renda fixa privados	385	255
Títulos de renda fixa públicos	3.523	3.223
Outras receitas	2	29
Despesas financeiras	(405)	(991)
Títulos de renda fixa privados	-	(2)
Títulos de renda fixa públicos	-	(81)
Juros e atualização monetária sobre operações de capitalização	(405)	(908)
Total	4.341	4.119

16 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação entre as alíquotas nominais em 31 de dezembro de:

	Imposto de renda	Contribuição social
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	840	536
Adições		
Ajustes permanentes	1.425	474
Ajustes temporários	1.710	1.751
Exclusões		
Ajustes permanentes	(351)	(351)
Ajustes temporários	(1.751)	(1.751)
Base de cálculo	1.873	1.290
Alíquotas (15% IR e 20% CS)	(281)	(194)
Dedução PAT (4%)	11	8
Dedução licença maternidade	-	19
Adicional 10% para IR (cima de R\$ 240)	(163)	(105)
Imposto corrente do exercício	(433)	(272)
Impostos diferidos	-	-
Diferenças temporárias (líquidas)	(10)	158
Despesa de IR e CS no resultado	(443)	(114)
Total	(355)	(131)

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)

Adições

Exclusões

Base de cálculo

Alíquotas (15% IR e 20% CS)

Dedução PAT (4%)

Dedução licença maternidade

Adicional 10% para IR (cima de R\$ 240)

Imposto corrente do exercício

Impostos diferidos

Diferenças temporárias (líquidas)

Despesa de IR e CS no resultado

17 PARTES RELACIONADAS

a) Transações com partes relacionadas: Os saldos referentes a transações com partes relacionadas, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são como seguem:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Cardif Vida e Previdência S.A. (i)	2.199	3.403
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	2.302	3.366
Luizaseg Seguros S.A. (i)	649	549
Luizaseg Seguros S.A. (ii)	11	47
Cardif Ltda. (ii)	-	-
Total	5.162	7.365
31/12/2017	31/12/2016	

Passivo

Cardif Vida e Previdência S.A. (i)

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)

Luizaseg Seguros S.A. (i)

Luizaseg Seguros S.A. (ii)

Cardif Ltda. (ii)

Total

Despesa

Cardif Vida e Previdência S.A. (i)

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)

Luizaseg Seguros S.A. (i)

Cardif Ltda. (iii)

Total

Receita

Cardif Vida e Previdência S.A. (i)

Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)

Luizaseg Seguros S.A. (i)

Luizaseg Seguros S.A. (ii)

Cardif Ltda. (ii)

Total